

CAPÍTULO XIII - a primeira guerra púnica

Enviado por Jorge Almeida
18-Out-2006
Actualizado em 13-Ago-2007

A PRIMEIRA GUERRA PÚNICA. FONTES DO TERCEIRO PERÍODO DA HISTÓRIA ROMANA. O período das grandes conquistas começa com a primeira guerra púnica, travada de 264 a 241. Na base de todas as fontes para este período está Políbio (ap. 210 – ap. 120). Natural de Megalópole (Megalopolis), na Arcádia, pertencia aos círculos sociais dominantes e ocupou altos postos na liga aqueia. Em 167, numa leva de mil reféns, é conduzido para Roma, onde irá viver durante dezassete anos. Torna-se íntimo da família de Emílio Paulo, importante personagem da época, o que lhe permitiu conhecer a fundo a organização do Estado romano e acompanhar os que estavam no centro da política “mundial” de então. A sua “História”, escrita em grego, contava quarenta livros. Chegaram-nos na íntegra os primeiros cinco; conservaram-se ainda extensos fragmentos da maioria dos restantes, porém alguns dos volumes perderam-se por completo. O propósito principal da sua obra, que o próprio Políbio define (III, 1, 4), é o de explicar «como, quando e porquê todas as partes conhecidas da terra caíram debaixo do domínio romano»... (I, 1, 5) «por que meios, por que hábil política Roma submeteu às suas leis o mundo civilizado (do Mediterrâneo) em menos de 53 anos». A obra abarcava o período que vai do ano de 264 ao de 146, desde a primeira guerra púnica até à destruição de Cartago e Corinto. Nos dois primeiros livros expõe de modo sumário os sucessos anteriores ao ano de 220. A partir desse ano o relato torna-se detalhado. O livro VI (51-56) inclui uma sucinta informação (das raras que possuímos) sobre a organização estatal de Cartago. Junto com Tucídides, Políbio ocupa o primeiro lugar entre os historiadores gregos e romanos dos tempos clássicos. Os dois estão próximos tanto nas concepções gerais como no método de investigação. Políbio (II, 56, 10): «A tarefa do historiador... não é a de impressionar os leitores com o relato de feitos milagrosos ou a de inventar fábulas mais ou menos verosímeis, como fazem os autores de tragédias... mas sim a de consignar com precisão quanto haja realmente acontecido, quer se trate de coisas comuns ou de coisas extraordinárias». Políbio usa e refere na sua exposição documentos seguros: tratados, escritos oficiais (por exemplo, a enumeração das tropas de Aníbal da inscrição de Lacinio, no livro III, 33), cartas (como a de Cipião, em X, 9, 3), etc. Usou largamente as obras de outros historiadores, mas não sem antes as sujeitar à crítica, como o fez, por exemplo, com as do siciliano Filino ou as de Fábio Pictor, de que se serviu para a narrativa das guerras púnicas (I, 14; III, 8). Exige ao historiador absoluta fidelidade (I, 14, 5): «aquele que assume a tarefa de historiador deve necessariamente esquecer tudo isto (os sentimentos pessoais) e com frequência exaltar e ilustrar os próprios inimigos com os maiores encómios quando a sua conduta o merece, e atacar e condenar sem piedade os amigos quando assim o requeiram os actos cometidos». Em que medida Políbio respeitou a sua própria exigência? Não procurou confundir a verdade dos factos, como o fez Xenofonte. Não contou anedotas em lugar de relatar os acontecimentos reais, como muitas vezes Plutarco. E foi objectivo e sincero. Porém as suas ideias políticas não puderam deixar de influir na sua apreciação dos factos e pessoas. Havendo formado parte dos círculos dirigentes da liga aqueia, idealiza esta, apresentando-a como a depositária de todas as qualidades da democracia grega; inversamente, os etólios, para Políbio, são homens corrompidos por todos os vícios. Condenou também o movimento revolucionário e os seus chefes. A respeito de Nábis (Nabis; genitivo: Nabidis), chefe do movimento revolucionário de Esparta, contra o que lhe era costume, chegou mesmo a lançar mão da calúnia (XIII, 7). A Políbio, tal como em Tucídides, não é estranha a ideia da existência de leis históricas, ainda que lhes dê um ingénuo carácter biológico. Para ele, todos os fenómenos históricos são comparáveis a organismos que percorrem as fases da juventude, maturidade e velhice (VI, 51, 4): «Cada corpo, cada Estado, cada empresa passam, por obra da natureza, de um estado de crescimento ao florescimento e logo à decadência.» Essa lei geral também se verifica na história das formas estaduais: no princípio surge a monarquia, que o tempo se “encarregará” de transformar em tirania; esta suscita o descontentamento do povo e leva ao nascimento da aristocracia, que, por sua vez, se degrada em oligarquia; a queda da oligarquia dá origem à República, e esta, por fim, degenera num estado de desordem onde domina a força. «Então estabelece-se o domínio da força e a multidão, reunida em volta de um chefe, pratica homicídios, violências, faz novas divisões da terra, até que se torna de todo selvagem e encontra um dominador e autocrata» (VI, 9, 9). Assim o círculo é fechado e o processo histórico de novo recomeça (VI, 9, 10): «Este é o ciclo das formas estaduais, a ordem natural segundo a qual as formas de governo se trocam, passando de uma a outra e voltando de novo ao ponto de partida». Pela primeira vez é formulada a chamada “teoria cíclica”, que tanta importância teve no desenvolvimento da historiografia burguesa da época moderna. Políbio exerceu uma grande influência nos historiadores antigos, com alguns deles a procurarem continuar cronologicamente a sua obra, outros a imitá-la, outros ainda a ela se remetendo. Lívio foi destes últimos. Da sua história da I guerra púnica pouco restou. Em compensação, conservou-se na íntegra a sua descrição dos acontecimentos de 218 a 168 (III, IV e V décadas da sua obra). Na sua III década (história da II guerra púnica), Lívio serve-se, além de Políbio, dos analistas menores. Mas na IV e V décadas é quase exclusivamente Políbio que ele segue, se bem que o haja abreviado e por vezes deformado, para benefício da glória romana. De Plutarco, para o período que agora consideramos, temos as biografias de Fábio Máximo, Marcelo, Catão o Velho, Flamínio, Filopómenes e Emílio Paulo. Nas duas últimas Plutarco segue a tradição segundo Políbio. Nos meados do século II da era, no apogeu do Império, aparece em Roma a “História Romana” do alexandrino Apiano (nascido por volta de 90 da era), em vinte e quatro livros. Conservaram-se o sétimo livro bem como os livros décimo primeiro a décimo oitavo. Apiano foi advogado do fisco imperial e, mais tarde, procurador imperial no Egipto.

Escreveu em grego. A obra relata as guerras que Roma travou, dedicando a cada guerra um ou mais livros. O material dispõe-se segundo uma ordem “nacional” ou geográfica: guerras samníticas, célticas, ibéricas, macedónicas, etc. Por vezes usa também uma perspectiva histórica, guerras dos reis romanos, guerras civis (livros XIII a XVII), guerras com Aníbal (livro VII). A época das grandes conquistas é exposta nos livros sobre as guerras ibéricas, contra Aníbal, guerras líbias, ilírias, sírias e em fragmentos do texto sobre as guerras macedónicas. Se a disposição do material histórico leva a concentrar a atenção, a cada texto, num determinado país (como o próprio Apiano refere no seu prefácio), por outro lado, rompe a unidade do processo histórico, obriga a repetir a exposição dos factos e não tem em conta as relações entre a história regional e a história geral. Apiano confunde com frequência acontecimentos e descuida a cronologia, sendo numerosos os erros em datas e nomes. São também muitas as inexactidões quanto à sequência dos acontecimentos. É raro indicar as suas fontes (ter-se-á servido, entre outras, de obras para nós perdidas, como a “História das Guerras Civis”, de Asínio Polião, e de “Memórias” de Sula e de Augusto). Apesar destas “mazelas”, é um historiador objectivo, completamente alheio à retórica e a digressões inúteis, que procurou sobretudo lançar a luz sobre as causas profundas dos acontecimentos. Engels, sobre Apiano: «de todas as antigas fontes relativas às lutas no seio da República romana...é o único que nos diz, clara e cristalinamente, do que se tratava realmente, a saber: da propriedade fundiária». Também escreveu sobre esta época Dião Cássio (ap. 155 – ap. 230 da era), grego de Niceia (Nicaea), na Bitínia (Bithynia). Originário de uma família da alta burocracia imperial, foi senador, pretor, governador de várias províncias (África, Dalmácia, Panónia Superior), cônsul. A sua experiência militar e administrativa foi-lhe de grande préstimo como escritor. A sua obra maior é a “História Romana” (escrita em grego), em oitenta livros, que começava em Eneias e ia até ao ano de 222 da era. Conservaram-se os livros XXXVI a LIX, abarcando o período que vai de 68 antes da era a 46 da era. Dos restantes livros apenas possuímos fragmentos. Todavia, a “História” de Dião foi a fonte principal dos bizantinos Xifilino (século XI) e Zonaras (século XII), pelo que nos é possível reconstituir algumas das partes perdidas. Para a época das grandes conquistas tem particular interesse o livro oitavo das “Crónicas” de Zonaras. Dião conhecia bem a literatura histórica (incluindo Tucídides e Políbio) e sabia mover-se entre as notícias contraditórias das suas fontes. Contudo, tem a paixão pelo detalhe, relata sonhos, presságios, prodígios, e em toda a parte vê a vontade do “Altíssimo” e os decretos do destino. Presta muito mais informação sobre a história do Império do que sobre a da República. O relato das guerras e dos acontecimentos palacianos forma o conteúdo principal da obra. À massa popular só dá atenção aquando de sublevações, e descreve-a como uma força obscura e brutal, que é preciso reprimir. Já relativamente ao Império, apraz-se em idealizar um senado com um papel consultivo, sob a tutela de um princeps pacífico e complacente. De Diodoro Sículo, para este período, apenas nos restam alguns fragmentos dos livros que vão do XXII ao XXXIII. São de alguma importância as notícias que se encontram em Cornélio Nepos, escritor do século I da era que nos deixou uma colecção de medíocres biografias. Interessam-nos, para o período, as suas biografias de Amílcar, Aníbal e Catão. Uma breve menção aos acontecimentos internacionais do século III e II é feita por Justino, escritor romano do século II da era. Ele deixou-nos um breve sumário da obra em quarenta e quatro livros do historiador Pompeio Trogo, que terá vivido no tempo de Augusto. As relações entre Roma e a Grécia no século II antes da era são expostas, em parte, numa espécie de “guia” do grego Pausânias: a “Descrição da Grécia”, do século II da era. Algo de útil se encontra ainda nas “Sentenças e façanhas famosas” de Valério Máximo e em “Os estratagemas da guerra” de Frontino, ambos autores do século I da era; no “Contra os pagãos” de Paulo Orósio, do século V; nos trabalhos de Floro, Eutrópio, etc. As fontes documentais são em muito maior número do que para os períodos precedentes. Contudo, há poucas inscrições latinas com significado histórico. Entre as que o possuem estão alguns elogios dos Cipiões. A inscrição mais antiga deste período é a que está gravada sobre a tumba de Lúcio Cornélio Cipião, cônsul em 259 e filho de Cipião Barbado. Nela se diz que conquistou a Córsega, com a cidade de Aléria. Há também um elogium ao filho de Cipião o Africano, e há-os ainda a outros dois membros da família, mas que não tiveram importância histórica. Um fragmento de inscrição refere o cônsul de 261, Duílio, que venceu os cartagineses perto de Milas (Mylae; actual Milazzo). A inscrição encontra-se na base da coluna erigida em sua honra e contém uma série de interessantes dados numéricos. Mas é de duvidosa autenticidade, podendo tratar-se de uma hábil falsificação datando do primeiro período do Império. Conservou-se a inscrição de um decreto de Emílio Paulo de 189, que estatui o regulamento de uma comunidade espanhola. Chegou-nos também uma inscrição do famoso decreto senatorial de 186 sobre os bacanais (senatus consultum de bacchanalibus), que os proibiu em todas as comunidades itálicas sem a prévia autorização do senado. Este decreto mostra-nos que o culto de Dionísio já se espalhara largamente pela Itália dos inícios do século II. Para este período, os fastos triunfais e consulares são úteis na datação dos acontecimentos. Os que se referem à primeira guerra púnica conservaram-se na íntegra. No entanto há que “manejá-los” com muita cautela. Há ainda numerosas inscrições e papiros gregos sobre os sucessos de então no Mediterrâneo oriental. É também muito vasto o conjunto de restos arqueológicos encontrados em todo o vasto território da conquista romana: Sicília, África, Espanhas, península balcânica, Ásia Menor. As moedas são particularmente numerosas: romanas, cartaginesas, sírias, mamertinas, etc. Para a história da civilização são de grande importância as obras pictóricas e literárias, as comédias de Plauto e de Terêncio, os fragmentos dos discursos de Catão, etc. CARTAGO. De início, uma pequena colónia fenícia de Tiro, fundada em 814, segundo a tradição. A sua vantajosa posição geográfica permitiu-lhe submeter os estabelecimentos coloniais vizinhos de Tiro e Sídon e estender, pouco a pouco, o seu poder a uma parte considerável das costas ocidentais do Mediterrâneo. Cartago situava-se a nordeste de Tunes, no interior de um grande golfo, não longe da foz do Bágrada (Bagrada; actual rio Medjerda), rio que corria ao longo de uma fértil planície. A cidade encontrava-se sobre as principais rotas marítimas que uniam o oriente com o ocidente mediterrânico (e que passavam também pela Sicília). Cedo se tornou o centro do intercâmbio dos produtos do leste com as matérias-primas do ocidente e do sul: a púrpura de produção própria; os dentes de elefante, as plumas de avestruz e o ouro em pó da África central; prata e pescado salgado das Espanhas; azeite e produções artesanais dos

gregos da Sicília; do Egipto e da Fenícia, tapetes, cerâmicas, esmaltes e contas de vidro. Os seus estabelecimentos estendiam-se sobre uma estreita faixa ao longo da costa setentrional de África, da Tripolitânia às colunas de Hércules e ainda mais para sul, ao longo da costa atlântica; havia-os ainda disseminados pela Hispania meridional, nas Baleares, na Sardenha e na Córsega. Grande parte da Sicília estava sob o seu domínio. Cartago não era apenas uma potência comercial, ocupando a agricultura lugar importante na sua economia. A planície do Bâgrada ocupavam-na as grandes propriedades, cultivadas por escravos ou pela população local líbia. Os cartagineses eram admirados pelos seus métodos de exploração agrícola. Uma obra sobre agricultura (em vinte e oito livros), de Magão, foi traduzida para latim por ordem do senado romano. Supõe-se que a pequena propriedade agrícola tenha sido de escassa importância económica. Todo o poder se concentrava nas mãos de um restrito grupo de ricos comerciantes e latifundiários. Os agrários eram partidários da expansão territorial em África e adversários da política de conquistas no ultramar, a política prosseguida pelo partido comercial. Cartago foi uma república esclavagista oligárquica. Existia uma assembleia popular, porém, diz-nos Aristóteles, o povo só intervinha nas questões do Estado se os círculos dirigentes entravam em desacordos intestinos. A corrupção política, praticada sistematicamente pelas classes dirigentes, decidia normalmente qual o partido vencedor, e o costume de comprar os cargos estaduais convertia-os numa exclusividade dos ricos. No cume do poder executivo, dois Súfetes (denominativo singular, *suffes*; genitivo, *suffetis*; do fenício *shofetim*: com o significado literal de «juizes»; *juizes*). Os romanos e gregos chamavam-lhes «reis» (reges, basileis). Os Súfetes recordam os cônsules romanos, pois que eram eleitos anualmente e tinham por função principal o comando supremo do exército e da frota. Os dois Súfetes integravam o senado, que terá sido composto por cerca de 300 senadores (Aristóteles chama-lhes *gerontes*). Ao que parece, o cargo de senador seria vitalício. O senado exercia o poder legislativo. Quando não havia acordo entre este órgão e os Súfetes, a questão era apresentada e decidida na assembleia popular. A actividade comum de administração estava a cargo duma comissão de 30 membros, eleita pelo senado. Não nos são claras as funções do colégio dos 100 ou dos 104, que Aristóteles compara ao eforado espartano. Sabemos, contudo, que era o órgão supremo de fiscalização estadual e da justiça. Também nada de preciso sabemos sobre as pentarquias (colégios de cinco membros). Aristóteles apenas nos diz que estavam investidas de muitas funções; que eram elas próprias a cooptarem os seus membros; que nomeavam o conselho dos 100 e que os seus membros permaneciam no poder por mais tempo do que as restantes magistraturas (Política, II, 8, 4). Na administração dos territórios dependentes o governo cartaginês não exigia das tribos e cidades submetidas apenas contingentes militares, impondo-lhes também pesados impostos regulares, em dinheiro ou em espécie, o que lhe proporcionava enormes receitas, em nada comparáveis aos ingressos de então do Tesouro romano. Sob um tão vasto império colonial só era possível manter o domínio através de um forte aparelho militar. Dispondo de uma exígua milícia cidadã, Cartago recorreu a um número enorme de mercenários, bem como a contingentes das tribos dependentes e das cidades fenícias da costa africana. Os mercenários eram militares de profissão, bem adestrados. Sob o comando de um chefe hábil constituíam um poderoso instrumento de guerra. Cartago possuía uma superioridade naval manifesta. No início da guerra Roma apenas dispunha de algumas embarcações de pequena tonelagem e de 20 a 30 navios de guerra dos seus aliados marítimos. Os cartagineses, em caso de necessidade, podiam formar uma frota de centenas de grandes navios, construídas e armadas de acordo com a mais moderna técnica naval helénica da época e dotadas de excelentes tripulações.

O COMEÇO DA GUERRA. Após a tomada de Régio, em 271 ou 270, Roma domina a margem continental do Estreito de Messina. Entretanto os cartagineses haviam-se reapoderado de grande parte da Sicília. Em poder de Siracusa restou um território relativamente pequeno. A extremidade nordeste da ilha, com a cidade de Messina (Messana), estava sob o controle dos mamertinos (Mamertini era o nome samnita para Marte; em português, Mamerte). Eles próprios assim se denominavam (Mamertini, ou seja, «gente de Marte»). Eram antigos mercenários de Agátocles, oriundos da Itália meridional (Políbio chama-lhes *campanos*). Após a morte do tirano, em 289, tomam Messana e matam ou expulsam os seus habitantes, dividindo entre si as propriedades, as mulheres e as crianças. Conseguiram estender o seu domínio a todo o território siciliano do estratégico Estreito. O chefe siracusano Gerão (ou Hierão) fez-lhes guerra e, malgrado alguns revezes iniciais, acaba por lhes infligir uma primeira derrota em 270. Após este sucesso foi proclamado rei de Siracusa, com o nome de Gerão II. Algum tempo depois, os mamertinos, impotentes contra as forças de Siracusa, permitiram o desembarque de um contingente cartaginês em Messana, possibilitando à frota cartaginesa o domínio do Estreito. Entre os mamertinos, uma parte deles defendia a submissão formal a Cartago, com a contrapartida do reconhecimento da sua autonomia. Mas uma segunda facção considerava mais profícua uma aliança com os romanos. É este último partido que se impõe e uma embaixada é enviada a Roma. Os senadores deram-se perfeita conta de que aceitando a proposta mamertina iniciavam uma guerra com Cartago, mas os chefes militares da nova nobilitas patrício-plebeia instigaram ao conflito. Nos círculos dirigentes romanos já se havia formado então um partido favorável à agressão na Sicília. Ainda que de um modo paulatino, a grande propriedade agrária esclavagista romana progredia; a fértil e florescente Sicília representava, para estes círculos de latifundiários, uma bela presa de guerra. E se a facção partidária da agressão no exterior da Itália era ainda relativamente minoritária no seio da classe dirigente, já dispunha, no entanto, de grande influência política entre o povo. Ao que parece, as votações no senado não terão permitido tomar uma decisão. Uma outra versão diz que, na sua maioria, o senado foi contrário à guerra. Mas a última palavra pertenceu à assembleia popular, que decidiu a favor da aliança com os mamertinos. Políbio (I, 11, 2): «O povo... instigado pelos comandantes militares... decidiu proporcionar-lhes ajuda». A operação foi confiada ao cônsul Ápio Cláudio, parente do antigo censor e um dos mais destacados chefes do partido da guerra. Tratando de não perder tempo, enquanto se procedia ao recrutamento das tropas, enviam para Messina um pequeno destacamento sob o comando de um tribuno militar, que consegue passar o estreito e entrar no porto da cidade. Os Mamertinos obrigam então o chefe da guarnição cartaginesa a evacuar a cidade (esse comandante foi por isso condenado à morte em Cartago, sob a acusação de cobardia), e os romanos fazem a sua entrada em Messina (ano de 264). Hierão alia-se aos cartagineses e Messana é atacada pelas forças de ambos. Entretanto, com duas legiões, Ápio Cláudio chegara a Régio. As cidades gregas

aliadas põem-lhe à disposição naves de transporte e as forças romanas conseguem cruzar de noite o estreito. Começa por atacar as forças de Hierão, derrotando-as e obrigando-as a retirar. Marcha depois contra os cartagineses, que sofrem um revés semelhante. Ápio tenta atacar Siracusa, sem frota e apenas com as duas legiões. Com tais forças era-lhe impossível tomar a cidade. Como já havia terminado o seu consulado, Ápio Cláudio regressa a Roma, deixando na ilha uma forte guarnição. **A ALIANÇA COM HIERON. CONQUISTA DE AGRIGENTUM.** Os cônsules de 263, Manius Otacilius e Manius Valerius, desembarcam na ilha com cerca de 40.000 homens. Várias cidades gregas e cartaginesas submetem-se-lhes, Halesa (Alesa ou Halaesa), Tauroménio, Catânia (Catina), etc. Com Siracusa posta sobre sítio, Hierão celebra então com os romanos um tratado de paz e aliança. Conservava o poder em Siracusa e sobre um território adjacente relativamente extenso, entregando sem resgate os prisioneiros romanos em seu poder e 100 talentos de prata como contribuição de guerra. Os cônsules de 262, Lucius Postumius e Quintus Mamilius, na Primavera desse ano, com um exército de novo elevado a cerca de 40.000 homens põem cerco a Agrigento, sobre a costa sudoeste. A cidade dispunha de ótimas fortificações e de uma guarnição numerosa e o sítio prolongou-se. Cinco meses após o começo do assédio, um grande exército cartaginês acode aos sitiados e rodeia os romanos, tornando-lhes muito difícil o aprovisionamento. Esta situação arrastou-se por dois meses, até que os cartagineses decidem travar batalha. Derrotados, perdem quase todo o exército. Mas os romanos também sofrem grandes perdas, ao ponto de não poderem evitar a evacuação da guarnição. Após a partida dos púnicos a cidade é saqueada e os seus habitantes são reduzidos à escravatura. **A CONSTRUÇÃO DA FROTA E A PRIMEIRA VITÓRIA NO MAR.** Com a queda de Agrigento algumas cidades do interior submetem-se aos romanos. Mas as cidades marítimas continuam a resistir-lhes e as naves de guerra cartaginesas lançam ataques sobre a própria costa itálica. Tornou-se evidente para o governo romano a necessidade de uma frota de guerra. Com extraordinária rapidez, são construídas 100 quinquerremes (5 ordens de remos) e 20 trirremes, que requeriam um mínimo de cerca de 30.000 remeiros. Parte deles foi assegurada pelos aliados marítimos, mas a maioria, recrutada entre os camponeses itálicos, nos estratos mais pobres da população, era gente completamente ignorante do ofício. Para ganharem tempo, enquanto se procedia à construção das naves, instruíram os remeiros em terra firme, dispondo-os segundo a ordem que haviam de tomar nos barcos. Esta jovem frota era muito inferior à púnica. As naves romanas eram de difícil manobra, os seus tripulantes mal adestrados e os capitães inexperientes nas coisas do mar. Para compensar estas debilidades e aproveitar a superioridade da sua infantaria, as naves foram dotadas de pontes móveis nas proas, uma invenção provavelmente tomada dos siracusanos, com um ferro pontiagudo na ponta do passadiço (que se enganchava no navio abordado) e parapeitos laterais, de modo a evitar a queda dos soldados ao mar. A estes mecanismos designou-os a gíria dos soldados por “corvos” (corvus). Ao aproximarem-se do barco inimigo lançavam-lhe estas pontes de abordagem. A infantaria romana penetrava então na nave adversária e travava combate corpo a corpo, no qual não tinha rival. Em 260, após dois recontros navais de menor importância (uma vitória para os púnicos, com a captura do cônsul Cornelius Scipio; outra para os romanos), a frota romana ao mando do cônsul Caius Duilius encontra a cartaginesa próximo de Mylae, sobre a costa setentrional da ilha, a noroeste de Messina, e vence-a, perdendo os púnicos 50 naves. Políbio (I, 23): «os cartagineses, convencidos da inexperiência dos romanos, lançaram-se apressadamente ao mar, com 130 naves, indo a toda a velocidade sobre o inimigo; nem sequer se preocuparam em guardar formação de batalha, pareciam ir ao encontro de um despojo seguro...à medida que se aproximavam começaram a dar fé dos “corvos”, ao alto, sobre as proas. Ao princípio mostraram surpresa mas logo, sem mais cuidarem, as primeiras naves a chegar começam a dar audaz batalha. O combate desenrolou-se como o haviam previsto os romanos, as naves inimigas, enganchadas pelas pontes móveis, eram assaltadas pela infantaria. Uma parte dos cartagineses foi destruída, os outros renderam-se, aterrorizados. A batalha, de marítima, havia-se transformado em terrestre». A notícia da vitória desencadeou em Roma uma onda de entusiasmo. No fórum é erguida uma coluna em honra de Duílio, com uma inscrição solene e ornamentada com os esporões das naves capturadas (a batalha teve lugar entre Milazzo e as ilhas Lipari (Aeoliae insulae)). Ao mando do cônsul de 259, Lucius Cornelius Scipio, a esquadra romana efectua uma expedição à Sardenha e à Córsega (Sardinia, Corsica), sendo ocupada a cidade de Aleria. Em 258 é o sucessor de Cipião no comando da esquadra que derrota em águas sardas uma frota púnica. Entretanto na Sicília, após haverem sofrido alguns fracassos momentâneos, os romanos, concentrando grandes forças na ilha, conseguem reduzir o domínio cartaginês à região ocidental. **A EXPEDIÇÃO A ÁFRICA.** Com os púnicos na posse das fortalezas de Lilybaeum e Drepanum, de difícil assalto, as operações militares na Sicília adivinhavam-se demoradas. Nasce então a ideia de levar a guerra a África, ao território da própria Cartago (já Agátocles de Siracusa desencadeara no passado um ataque similar). No Verão de 256 zarpa de Messina, ao mando dos cônsules desse ano, Lúcio Mânlio Vulsão e Marco Atílio Régulo, uma enorme esquadra romana de 330 naves de guerra, quinquerremes na sua maioria, e muitos barcos de transporte. Serviam-na cerca de 100.000 remeiros e transportava 40.000 soldados de infantaria. A armada dobra a ponta sudeste da Sicília e navega para oeste, ao longo da costa sul da ilha. Nas proximidades do cabo Ecnomo encontra a frota cartaginesa, 350 naves e cerca de 150.000 homens. Trava-se então a maior batalha naval da história antiga. Dispondo-se em cunha, com os navios de transporte na retaguarda protegidos pelas trirremes, os romanos penetram facilmente na formação em linha da frota púnica, perseguindo e derrotando-lhe o centro. O grosso da esquadra romana faz então meia-volta e lança-se sobre as alas cartaginesas, que atacavam as linhas de retaguarda romana. As naves da ala direita dos cartagineses cedem e põem-se em fuga. A ala esquerda é empurrada contra os escolhos da costa. Mais de 30 naves púnicas são afundadas e 64 apresadas. Os romanos perdem 24 navios. Após a batalha, a armada cartaginesa retira para a costa africana. Os romanos desembarcam de imediato nos arredores de Clúpea (Clupea ou Clypea; actual costa oriental tunisina, na península “em face” de Agrigento), põem os barcos em terra e cercam-nos com obras defensivas. Após um breve sítio ocupam Clúpea. Deixando uma guarnição na cidade, partem a saquear o país e apoderam-se de muito gado e de 20.000 prisioneiros. De Roma chega então a ordem para o regresso de um dos cônsules com a frota, o saque e a maior parte do exército. Régulo, 15.000 infantes, 500 ginetes e 40 naves permanecem em África, prosseguindo as operações militares.

Continuando a saquear, os romanos marcham em direcção a Cartago e põem sítio à cidade de Adys. O exército cartaginês acode. Os púnicos têm superioridade em forças de cavalaria e dispõem de elefantes, mas são duramente derrotados, perdendo o próprio acampamento. Régulo aproxima-se ainda mais de Cartago e ocupa Tunes (ou Tynes; a actual Túnis), ali estabelecendo os seus quartéis de Inverno. Com a guerra já a decorrer em solo africano estalara a revolta entre os númidas, e também eles se põem a saquear os territórios púnicos. A Cartago haviam afluído muitos fugitivos e a fome ameaçava a cidade. Desejoso de terminar a guerra antes da Primavera, Régulo propõe ao governo cartaginês conversações de paz e os púnicos, em má situação, aceitam-nas. Mas os romanos apresentam condições humilhantes para Cartago, que as rejeita categoricamente. Interrompidas as negociações, as tropas romanas permanecerão inactivas em frente a Cartago. Enquanto isso, os funcionários púnicos responsáveis pelo recrutamento de mercenários faziam-nos afluír de todas as partes. Asseguraram também o concurso do hábil chefe espartano Xantipo (Xanthippus), a quem entregaram o comando do exército. Após se haver preparado, Xantipo marcha contra Régulo, com 12.000 infantes, 4.000 ginetes e cerca de 100 elefantes, e apresenta-lhe batalha na planície. Régulo, que marchara ao encontro do inimigo, montando o seu acampamento a cerca de 2 km do campo púnico, incauto, aceita o combate. A maioria dos romanos é esmagada pelos elefantes e pela cavalaria púnica. 500, entre os quais o próprio Régulo, caem prisioneiros. Apenas 2.000 logram salvar-se, refugiando-se em Clúpea. (no mapa do link há uma gralha: a cidade a que Políbio chama “Aspis” é referida como “Apsis”. A “Aspis” de Políbio seria a cidade de Clúpea.) Uma frota de 350 embarcações aprestava-se a partir para África quando chega a Roma a notícia da catástrofe. O senado decide então abandonar o teatro de guerra africano. No início do Verão de 255 a frota romana faz-se ao mar em direcção a África. Junto à costa africana derrota uma esquadra cartaginesa, capturando-lhe 14 naves. Pondo proa a Clúpea, ali embarcam os restos do exército de Régulo e empreendem o regresso. Surpreendidos por uma tempestade junto à costa sul da Sicília, das 364 embarcações que compunham a esquadra só se salvam 80. Morrem cerca de 70.000 remeiros e 25.000 soldados itálicos. Políbio (I, 37): «As causas não devem ser procuradas no destino mas nos próprios chefes. A verdade é que os timoneiros insistiram veementemente em que não se navegasse ao longo das costas da Sicília frente ao mar líbico, pois que as águas eram profundas e difícil a entrada em porto...Mas os cônsules desdenharam do conselho porque desejavam intimidar...algumas cidades sicilianas situadas ao longo do trajecto, e desse modo apoderarem-se delas...Por regra os romanos agiam pela força e, uma vez que se houvessem fixado uma determinada meta, consideravam-se na obrigação de ir até ao fim; tomada uma decisão, para eles não havia nada impossível». (Estes e outros números de perdas romanas no mar parecem incríveis. Contudo, a dimensão da frota romana era função do poder naval púnico: o porto militar de Cartago tinha capacidade para 220 naves de guerra; o seu império colonial “marítimo” exigia uma grande armada. Por outro lado, há que fazer as “contas aos remos” e aos “braços” necessários para os mover.)

A GUERRA NA SICÍLIA. Os romanos terão conseguido construir em três meses 220 novas naves de guerra («coisa que é difícil de crer», diz Políbio). Também Cartago havia acrescentado à sua frota 200 novas unidades. Com a nova frota, é empreendida uma operação combinada contra um dos centros mais importantes dos púnicos, a cidade de Panhormus (actual Palermo). Sitiada por mar e terra, a cidade é tomada de assalto em 254. Esta vitória trouxe a submissão de outras cidades da costa setentrional. Os cartagineses haviam tomado Agrigento algum tempo antes, destruindo-a totalmente. Mas isso estava longe de compensar a perda de Panhormum (a outra designação latina para a cidade). Em 253 a frota romana encalha nas costas da Tripolitânia (na sua parte oeste, que pertence à actual Tunísia), pelo escasso conhecimento que possuíam das condições locais de navegação, e só a custo consegue safar-se. Havendo a esquadra recolhido a Palermo, na viagem de regresso a Roma, de novo surpreendidos por uma tempestade, 150 naves naufragam. O senado teve de reconhecer o medíocre nível da arte de navegar romana. As enormes perdas materiais e em homens e a má situação do tesouro romano levaram-no a passar à guerra terrestre. Em 250 os cartagineses surgem por terra ante Panhormus, com muitos elefantes. O cônsul de 251, L. Cecílio Metelo, ainda a comandar as forças romanas, não se deixou atrair para campo aberto, mantendo-se por detrás do fosso que fizera cavar em torno das muralhas da cidade. Os púnicos atacam as posições romanas. Os seus elefantes, feridos a dardo e a pilum, debandam, criando uma enorme confusão nas próprias fileiras. E Metelo passa ao ataque com todas as suas forças, pondo os cartagineses em fuga. Algumas dezenas de elefantes caem nas mãos dos romanos. Aos cartagineses só restavam então na Sicília as fortalezas de Lilibeu e Drépano (Drepanum). Ainda nesse ano de 250, os respectivos cônsules, Caio Atílio e Mânlio Vulsão, iniciam o cerco de Lilibeu por mar e terra, com duas legiões e 200 naves. A guarnição da cidade dispunha de cerca de 20.000 combatentes. A cidade estava defendida por fortes muralhas e por um profundo fosso. O acesso por mar era dificultado pela existência de lagunas. Desde Drépano, a frota cartaginesa prestava ajuda aos sitiados. Os púnicos conseguiram incendiar as máquinas e as obras de assalto dos romanos, obrigando-os a limitarem-se a uma acção de bloqueio que se estendeu até ao fim da guerra. A frota romana comandada pelo consul Públio Cláudio Pulcro, ao tentar atacar Drépano, sofre uma derrota à entrada do porto dessa cidade, perdendo 93 navios (no ano de 249), o que fez diminuir para cerca de 100 o número de naves romanas na zona, insuficiente para assegurar o completo bloqueio de Lilibeu. Os cartagineses chegam mesmo a atacar o remanescente da frota junto a Lilybaeum, capturando e afundando mais alguns navios. Os romanos sofrem ainda um outro revés. Uma frota de 120 naves de guerra e centenas de navios de carga, que transportava víveres e outros abastecimentos para o exército de assédio, é completamente aniquilada por uma tempestade na costa sul da Sicília. De novo Roma fica sem frota e o exército teve de ser abastecido por terra. No meio desta sucessão de fracassos, um êxito. Os romanos ocupam a cidade e as alturas do monte Érice (Eryx), o que lhes possibilitou cortar as comunicações por terra entre Drépano e Lilibeu. Entretanto, em Cartago, com o poder nas mãos do partido “agrário” chefiado por Hannon o Grande, decidem enviar a Roma uma embaixada a propor a troca de prisioneiros e, verosimilmente, a sondar possíveis negociações de paz. A frota cartaginesa já vinha mantendo desde o ano de 250 uma relativa inactividade. Mas a embaixada regressa sem haver conseguido qualquer resultado. Em 247 é nomeado chefe das forças cartaginesas na Sicília Amílcar, chamado Barca (=

“raio”), jovem, enérgico e hábil. A sua nomeação deveu-se a uma nova mudança nas esferas do poder, tendo-se tomado de imediato a decisão de intensificar as acções militares. Amílcar começa por atacar a costa meridional da Itália, saqueando-a. Depois desembarca entre Panhormus e Eryx, ocupando um altiplano. O local era naturalmente adequado para a defesa e dispunha de um excelente porto. Dali os púnicos ameaçavam os romanos tanto na direcção de Drepanum como na de Panhormus. Amílcar empreende então uma série de razias no interior da Sicília e, por mar, sobre as costas itálicas. Em 244 Amílcar logra tomar Érice. Só o cimo do monte, com o famoso templo de Afrodite, permaneceu nas mãos dos mercenários gauleses ao serviço de Roma. O FIM DA GUERRA. Nos finais da década de 40 tornou-se manifesto que a guerra entrara num impasse, que não podia ser levada a bom termo sem uma vitória decisiva no mar. Então o senado adopta uma medida extrema, impondo um empréstimo forçado (tributo) a expensas dos ricos. As somas colectadas seriam restituídas logo que o Estado dispusesse dos ingressos necessários. Foi assim possível (em 242) construir 200 novas quinquerremes segundo o modelo ródio (= de Rodes). No início do Verão de 242 o cônsul Caio Lutácio Catulo faz-se ao mar com a frota, em direcção a Drepanum. A frota cartaginesa permanecera inactiva nos portos durante quase um ano e estava muito mal equipada. A nova frota romana foi uma surpresa total para o governo cartaginês. Este, novamente empenhado numa guerra de expansão em África, deixara todo o peso da guerra na Sicília à conta de Amílcar e dos seus mercenários e descuidara totalmente a frota. Catulo, aproveitando-se da ausência da frota púnica, ocupa o porto de Drépano e os acessos por mar a Lilibeu, bloqueando completamente pela primeira vez as duas praças-fortes. Depressa as suas guarnições se encontraram sem víveres. Em Março de 241 chega finalmente uma frota púnica com abastecimentos para os sitiados. Catulo navega ao seu encontro e a batalha dá-se próximo das ilhas Egates (Aegatae; actuais Égadi). Os cartagineses põem-se em fuga depois de perderem 120 barcos. Com a batalha das Egates terminou a guerra. Aos púnicos era agora impossível socorrer Drépano e Lilibeu, onde a fome grassava. A rendição das duas representou a perda completa da Sicília, pela qual a guerra se havia travado. O senado cartaginês conferiu plenos poderes a Amílcar para negociar a paz. Catulo e ele elaboraram o texto do tratado. Políbio (I, 62; 8-9): «A amizade entre os romanos e os cartagineses fundar-se-á nas seguintes condições, desde que estas sejam reconhecidas como vantajosas pelo povo romano. Por parte dos cartagineses: evacuação de toda a Sicília; compromisso de não fazer a guerra nem contra Hierão nem contra os siracusanos nem contra os seus aliados; entrega de todos os prisioneiros romanos sem resgate; pagamento de um tributo de 2.000 talentos de Eubeia num prazo de 20 anos». O governo romano recusou-se a ratificar o tratado, considerando-o muito brando, e envia à Sicília uma comissão de 10 membros. Estabelece-se então que o tributo seria de 3.200 talentos de Eubeia, a pagar em 10 anos, e que seriam também evacuadas pelos cartagineses todas as ilhas entre a Sicília e a Itália. Com estes novos termos, em 241, o tratado é aprovado pela assembleia popular em Roma. A maior parte da Sicília é convertida na primeira província romana, num domínio dos grandes escravagistas romanos. Exceptuando o reino de Hierão, Messina e algumas outras cidades, a Sicília foi considerada um território estrangeiro conquistado pela força das armas. Sendo já administrada pelos cartagineses segundo princípios de sujeição, continuou a sê-lo sob os romanos. O território siciliano foi considerado como propriedade do povo romano. Os seus habitantes foram privados de quaisquer direitos, sendo obrigados a pagar aos questores romanos a décima parte dos seus rendimentos e sujeitos à autoridade ilimitada dos pretores. Do mesmo modo serão depois governadas as novas províncias conquistadas.